

Brasil, um país que se apequena¹

Autoria: Carlos Serrano Ferreira²

Edição e revisão: Mariana Alves

Foi-me dada a tarefa de refletir sobre as perspectivas e possibilidades geopolíticas brasileiras, abordando as alternativas para a inserção do Brasil no mundo. O pensamento estratégico nunca é tarefa simples devido à necessidade de simplificar diversas tendências e contratendências internas e, principalmente, por ser necessária a análise em um contexto global, o nível específico da geopolítica. Dentro da polissemia de definições, o que as unifica é que a geopolítica se refere à “teoria e prática da política na escala global, com uma ênfase específica nas geografias que moldam e resultam dessa política”³. Ênfase não casual: a geografia é um dos campos da existência de mais longa duração e estabilidade, ainda que a ação humana nos últimos dois séculos tenha acelerado as transformações na geografia econômica e física, como as drásticas mudanças climáticas que redesenham mapas, apagando ilhas, mudando costas e criando novos desertos. Nesta aceleração de tempos, mudanças políticas podem reverter tendências históricas, como a política hostil estadunidense que aproxima Rússia e China; aprofundar outras, como a decadência da potência hegemônica estadunidense; acelerar processos e mesmo criar novas regiões de disputas, como no Ártico que agora degela. Afinal, as políticas internas (incluindo econômicas) e as políticas externas podem ampliar os espaços soberanos e debelar ameaças geopolíticas ou reduzir esses mesmos espaços e ampliar ameaças já existentes. Isto é ainda mais importante para os espaços limitados de atuação que um país dependente como o nosso já normalmente tem no mercado mundial. É nesse sentido que abordaremos: quais as ameaças geopolíticas que nosso país enfrenta e qual o sentido das atuais políticas para mitigá-las.

Esboço geopolítico do Brasil

Em uma balança de ameaças e potencialidades, podemos citar entre estas últimas a localização – faz fronteira com quase todos os países da região (exceção de Equador e Chile); recursos naturais potenciais, entre eles o petróleo e gás (incluindo pré-Sal), minérios (p.ex., possui 98% das reservas do estratégico Nióbio), biodiversidade e recursos hídricos (possui por volta de 12% da água doce disponível no mundo); potência agrícola, sendo o segundo maior exportador de alimentos (agricultura é 8,4% do PIB, 16,2% do total de empregos e 40% das exportações); grande parque industrial, sem par na América Latina; a extensão territorial – quinto maior país do mundo (quase 48% da área sul-americana), além de quase 7.500 km de costa no Atlântico Sul; quinta maior população, com mais de 207 milhões.

A extensão territorial e população são fundamentais na atual etapa do sistema-mundo capitalista em que as gigantescas escalas produtivas impõem escalas cada vez maiores para a gestão geopolítica do mundo, incluindo a potência hegemônica. Ficou para trás a possibilidade de pequenos países, como a Holanda ou a insular Inglaterra, poderem exercer hegemonia global, e isto é um dos elementos que força as integrações regionais, da qual o Brasil deveria – mas não o faz – ocupar o papel de organizador latino-americano ou mesmo do Terceiro Mundo, para o qual a sua conformação o vocacionaria. Ora aposta em saídas subimperialistas – como nos governos petistas, via BNDES – ora no alinhamento com a potência em decadência, como nos governos FHC e Temer, com o abandono aberto do processo integracionista.

O conjunto de ameaças pode ser resumido em uma palavra: periferização. Como país dependente ocupamos um papel periférico no mundo, o que só poderia ser alterado com o fim da própria dependência, logo, com a ruptura completa com a cadeia imperialista, como fizeram a Rússia Soviética e a China Popular. Contudo, mesmo dentro dessa periferia podemos

ocupar espaços mais centrais ou mais subordinados.

A mudança do eixo econômico mundial para o Pacífico é um desafio que o país precisa responder. Pois, mesmo quando esse girava em torno ao Atlântico, o Brasil não soube se beneficiar de sua posição estratégica – à exceção de breve momento na Segunda Guerra Mundial – e construir alianças com a África que aumentassem sua influência na parte sul desse oceano. Cegueira estratégica de uma burguesia dependente, que é ressaltada quando se vê que um dos motivos da aventura de D. Sebastião em Alcácer-Quibir era exatamente utilizar o Marrocos e o Brasil para estabelecer o controle do Atlântico Sul, e isso em 1578! Com a mudança para o Pacífico somos empurrados potencialmente ainda mais para a periferia mundial, o que para reverter exigiria um planejamento estratégico e profundas reformas internas. Tudo bem distante do canhestro discurso do atual governo de um corredor para articulação às “cadeias globais de valor” do Pacífico que, de fato, apenas busca se alinhar servilmente à influência estadunidense nessa região através da Aliança do Pacífico.

Para superar esta ameaça é preciso reverter limites históricos que converteram nossas potencialidades em fragilidades. O gigantesco território e a enorme população nunca se tornarão fatores de desenvolvimento real enquanto forem travados pela baixa integração infraestrutural e econômica do território e pela baixa formação da população e seu estado de miséria derivado da superexploração do trabalho.

O gigante agrícola tem pés de barro, pois se baseia em uma estrutura predatória e superexploradora de caráter profundamente desigual, incapaz de gerar renda que sustente a elevação do nível de consumo das massas e que possa ter efeitos positivos sobre os restantes setores econômicos. Um vislumbre do último Censo Agropecuário (2006) revela a continuidade desses padrões: a agricultura de pequena escala representava 80% das propriedades, empregava três quartos da mão de obra rural, mas representava apenas 25% das terras agrícolas, enquanto a pecuária ocupava metade da área e as monoculturas da soja, cana e milho representavam 60% das áreas plantadas. A agricultura tem servido para desperdiçar e esgotar nosso potencial hídrico e reduzir importante fonte de riquezas em tempos de florescimento da biotecnologia, que é a nossa biodiversidade, amea-

çada pela expansão irracional da fronteira agrícola.

Para agravar isto, o peso desse setor cresce enquanto o setor industrial tem visto sua participação no PIB encolher desde seu auge em 1985 (21,6%), e a desnacionalização dos setores estratégicos se aprofunda, onde uma possível venda da Embraer ou associação subordinada seria apenas mais um triste capítulo. O peso do setor primário levou a que o Brasil se associasse à pujança chinesa quase que exclusivamente por exportações agrícolas e de minérios, em uma dinâmica tipicamente semicolonial, apesar da enorme demanda de produtos industrializados por parte desse país.

Um dos bloqueadores ao desenvolvimento é a concentração bancária: em 2016, os quatro maiores bancos (Caixa, BB, Bradesco e Itaú) concentraram 79% do mercado de crédito nacional e dos depósitos e 73% dos ativos do sistema financeiro, segundo o BC. Além disso, a dinâmica de atendimento governamental ao setor financeiro internacional e nacional, que retroalimenta a ampliação das dívidas interna e externa para auferir lucros, mina o desenvolvimento nacional e possibilita que em 2015 o gasto com juros e amortizações da dívida pública tragasse 42,43% do Orçamento Geral da União.

O governo Temer

A vitória da estratégia golpista significou a vitória do bloco da oligarquia primário-exportadora e do setor financeiro. Isso tende a agravar os problemas apontados acima. As contrarreformas aprofundam a superexploração do trabalho. O alinhamento total aos EUA nos isola do novo eixo dinâmico geopolítico, afastando de articulações como os BRICS, e coloca em risco outras áreas, como a integridade territorial e recursos naturais, como os exercícios militares conjuntos com os EUA na Amazônia e as negociações em torno à Base de Alcântara apontam. Este governo ameaça a soberania nacional, diminui a presença internacional do país (p.ex., na África) e compromete o futuro geopolítico brasileiro. Neste momento o Brasil se apequena e se periferiza. Ou se mudam os rumos ou afundaremos na irrelevância, nas trevas do obscurantismo e do atraso.

¹Publicado originalmente no Jornal dos Economistas, nº342, fevereiro de 2018, disponível em: <http://www.corecon-rj.org>.

br/anexos/15A69C36AE8E23492826687916F39EB6.pdf.

²Chefe do Departamento de Estudos Latino-americanos do Instituto para o Desenvolvimento Inovativo (Moscou), Vice-coordenador do LEHC-UFRJ, pesquisador do Lieri-UFRJ e doutorando em Ciência Política pelo ISCSP-Universidade de Lisboa.

³Tradução livre nossa do inglês. DITTMER, J.; SHARP, J. General Introduction. In: _____. Geopolitics: an introductory reader. New York: Routledge, 2014. p.3.

⁴IBGE, Contas Nacionais de 2013.

⁵Disponível em: https://servicodados.ibge.gov.br/Download/Download.ashx?http=1&u=biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_2006.pdf

Governo Trump: apagando incêndios com gasolina

Um governo caótico em um império decadente

Autoria: Carlos Serrano Ferreira

Edição e revisão: Mariana Alves

Nenhum império é eterno. Uma verdade esquecida pelos que geriram ao longo da história os diversos impérios, da Antigüidade aos Impérios Coloniais capitalistas. Independente de suas naturezas e sob quais regimes políticos e econômico se basearam, todos perceberam. Prova disto são os ciclos das potências-hegemônicas garantes do sistema-mundo capitalista nos últimos séculos, do genovês-ibérico ao estadunidense, passando pelo holandês e o inglês. A queda pode ser catastrófica e final, como a do Império Romano, marcada pela deposição do último imperador romano do Ocidente pelos hérulos de Odoacro, em 476 d.C, culminar de uma longa decadência; ou pode ser mais suave e garantir algum tipo de influência, ainda que subordinada ao novo Hegemon, como no caso britânico.

Isto não é definido apenas pelos líderes dos impérios e suas idiossincrasias, mas deriva de uma série de condicionantes – alguns permanentes, outros conjunturais – que erodem as bases do poder, como a vitalidade ou decadência do modo de produção sob o qual se baseia. Contudo, quanto mais avançado esse processo, mas a influência no topo, das elites imperiais, pode moldar e determinar a sua natureza. Se no passado as reverberações destas quedas circunscreviam-se aos povos do interior e próximos de cada império, a decadência estadunidense, potência líder de um capitalismo quase universal – e que influencia e determina as franjas fora de seus limites – tem por isso significado mundial.

Um império em decadência como o estadunidense têm duas posturas possíveis: negociar com a superpotência em ascensão e se acomodar em uma situação confortável, mas secundária; ou uma fuga em frente, tentando manter a qualquer custo a hegemonia que se esvai. Esta segunda via é mais perigosa, tanto para si, pois acelera sua decadência, aproximando-o de uma queda abrupta, quanto para o mundo, pois as ações perpetradas tendem a lançar o mundo em profunda instabilidade, engendrando caos e retrocessos. Somemos a isso os sinais de decadência estrutural do sistema capitalista, os enormes arsenais nucleares e uma profunda crise ecológica e teremos a receita certa para um cenário de enorme perigo.

Os governos estadunidenses têm trilhado o caminho de tentar impedir o inevitável. Esta dinâmica têm sido muito forte desde George W. Bush, com uma inflexão, mais na forma do que no conteúdo, com Obama. A escolha americana é a fuga em frente. Donald Trump reforça essa dinâmica, elevando-a exponencialmente. Isto não significa que do ponto de vista estadunidense a alternativa de acomodação com a China seja simples – ou mesmo possível – tendo em vista complicadores desta, ao ser uma potência socialista – ou de capitalismo de Estado, dependendo do intérprete; uma civilização milenar oriental, distinta do Ocidente; possuir uma população de mais de um bilhão de indivíduos, escala que exige uma outra forma de gestão econômico-social; entre outros. Nem mesmo está dado que seja possível a reprodução de um novo ciclo hegemônico dentro dos marcos capitalistas. Podemos estar assistindo uma travessia para uma nova forma de organização da estrutura de poder internacional, seja em sentido progressivo, o que não é a tendência que se apresenta, seja para formas mais brutais, hierárquicas e bárbaras, ou mesmo retrocessos similares à passagem para a Idade Média. O crescimento de forças de extrema-direita em todo o mundo é um sintoma deste risco.

A decadência estadunidense assiste à corrosão desigual das quatro hegemonias: econômica, político-ideológica, financeira e militar. A mais deteriorada é a econômica, que se enfrenta com a emergência de pólos competidores cada vez mais fortes, em particular com o deslocamento do eixo de acumulação mundial para a Ásia, primeiro com o Japão e agora com a China, e a construção de uma União Europeia (UE) hegemônica pela Alemanha reunificada. A político-ideológica foi afetada pelo fim da URSS e das democracias populares, que ao fazer recuar momentaneamente o desafio comunista, retirou a justificativa para a exportação do modelo ideológico estadunidense, bem como para a subordinação das outras potências aos EUA. Os substitutos buscados não oferecem a mesma credibilidade, como o “terrorismo global” de Bush ou a Rússia em reemergência. Restam ainda as hegemonias financeira e militar. Os EUA possuem a moeda internacional e Wall Street, bem como um orçamento militar muito maior que a Rússia, segunda potência militar (US\$647 bi x US\$47 bi). Os últimos presidentes estadunidenses tentaram manter a hegemonia através da força militar, como as guerras de Clinton, Bush e Obama. Porém, mesmo quando recorriam à iniciativas unilaterais, buscaram ao máximo garantir que ocorresse dentro da institucionalidade internacional construída pela liderança estadunidense no pós-Segunda Guerra, e sempre manejando para manter a hegemonia ideológico-política a partir de um discurs-

so ideológico liberal e da manutenção de boas relações com seus aliados tradicionais europeus e japoneses.

A financeirização econômica e o neoliberalismo engendraram profundas desigualdades e crises que minaram o regime político estadunidense e – como ocorre por todo mundo – levaram à erosão do centro político e à polarização. Os democratas impediram o avanço da esquerda, impedindo a indicação do socialista Bernie Sanders e nomeando um membro do establishment, a Hillary Clinton. Contudo, o Partido Republicano foi incapaz, e um elemento mais à direita, de fora da elite republicana tradicional, Donald Trump, consegue a indicação e vence as presidenciais. Esta característica será fundamental para entender como os EUA vem tentando nesta presidência manter sua hegemonia internacional.

Trump é um oportunista. Ele se move apenas para garantir sua própria sobrevivência política, tarefa difícil, pois conta com resistências internas ao seu próprio partido e mesmo da própria estrutura de governo. É esta lógica de auto-sobrevivência que norteia suas movimentações em matéria de política interna e externa, e isto pode levar a parecer que suas ações são ilógicas ou irracionais, mas são coerentes com sua busca de manter e avançar suas bases de apoio. Isto explica a mudança completa da política em relação à Rússia: de aproximação à imposição de novas sanções. A política inicial era movida por um misto de fatores, como tudo na administração Trump: questões pessoais (relações com Putin), orientações de extrema-direita (preocupações de seu antigo estrategista chefe, o fascista Steve Bannon, com a “ameaça civilizacional” árabe e chinesa) e análises estratégicas lógicas (como as sugestões de Henry Kissinger de reversão de sua histórica política triangular, com a aproximação à Moscou para conter Pequim). Contudo, as investigações em torno às supostas interferências russas nas eleições presidenciais o forçaram a mudar de posição, ainda que de forma atabalhoada, e tentar com ações desmedidas mostrar que não possuiria acordos com Putin. Claro que o desastroso golpe de Estado na Ucrânia, suportado por Obama com o intuito de afastar a Rússia da Alemanha e criar uma onda russófoba que justificasse a manutenção da presença militar estadunidense na Europa, limitava a margem de manobra.

Da mesma forma, a política comercial estadunidense volta-se mais para a manutenção e reforço de bases de suporte interna. Trump venceu sobretudo ao ganhar apoio da classe operária estadunidense, abandonada pelos democratas e vivendo a penúria neoliberal, com a deslocalização das indústrias para outros

países. Eles percebem, de forma justa, que os dividendos da política neoliberal ficaram com as grandes corporações. O “America First” and o “Make America Great Again” busca responder a ansiedade dessas bases – e também outros setores – preocupadas com o declínio americano e os efeitos sobre si. O medo, instrumento permanente do fascismo, leva a estes setores buscar saídas fortes, que incluem um recrudescimento da imigração interna, mas também uma política mais dura em relação ao mundo. Não por acaso, um lema muito similar foi usado por Ronald Reagan em 1980, “Let’s make America Great Again”, presidente que impôs um discurso de confrontação com a URSS. A retórica de Trump busca atingir este setor sob o discurso de reconstruir a hegemonia econômica perdida.

O grande problema para os EUA é que esta forma de imposição quase imperial de suas posições, mais dominação que hegemonia, respondendo erratically às mudanças de opinião de suas bases eleitorais, acaba por acelerar o declínio de sua hegemonia político-ideológica, distanciando tradicionais aliados, ampliando as tensões com antigos adversários, isolando-o. Mina sua função frente às elites capitalistas mundiais de garante do livre-comércio e de estabilidade econômica, conflitando com o discurso liberal que tem sido a ideologia de sustentação de sua hegemonia. Isto propiciou que a China pudesse assumir a insólita posição de defensora mundial do livre-comércio e da globalização contra o isolacionismo de Trump, inclusive em Davos.

As movimentações de Trump na área comercial, se retirando da Parceria Transpacífico, em busca de construir acordos bilaterais, bem como a morte do NAFTA na mesma lógica e a imposição de tarifas de importação na metalurgia e sobre importações oriundas da China e UE, pode até atrair ganhos para alguns setores empresariais dos EUA, mas fragiliza sua capacidade de moldar as regras do comércio internacional. Isto deixa espaço para o avanço chinês, não só na Ásia, mas mais além, em particular com a proposta do enorme projeto infraestrutural da Iniciativa Faixa e Rota (Rota da Seda e Rota da Seda Marítima do Século XXI). A China ameaça a dianteira tecnológica em alguns setores que os EUA ainda possui com sua iniciativa Made in China 2025. A política de sanções contra o Irã, com a retirada estadunidense do Acordo Nuclear, criou estrangulamentos com a UE, forçando-a a ativar um mecanismo de compensação para as empresas que sofrerem retaliações por continuarem a negociar com esse país.

Porém, esta postura também ameaça outras áreas que estavam ainda asseguradas. No campo militar, a Rússia realizou as manobras militares Vostok

2018, as maiores de sua história. E, o mais importante, contou com a presença de tropas chinesas (e mongóis). As sanções contra a Turquia e as pressões sobre os países europeus em torno a OTAN, podem levar ao ruir desse instrumento militar estadunidense. Em junho, nove países europeus, incluindo as principais potências do continente, assinaram acordo para criação de uma força de intervenção europeia, o que pode significar um afastamento do quadro da aliança militar dos EUA.

A hegemonia do dólar está a ser fragilizada pelo regime de sanções. Mesmo antes de Trump, o FMI já havia incluído o Yuan em sua cesta de moedas de referência. A Rússia, por exemplo, está a avançar com a desdolarização, apostando na moeda chinesa e no ouro como reservas. Mesmo a UE, já abalada em 2006 pelo escândalo sobre o sistema SWIFT, caminha para sair da esfera financeira dos EUA, sendo proposto pelo ministro de Relações Exteriores alemão a construção de um sistema alternativo para transações interbancárias.

Internamente, sua política amplia a polarização social, e engendra um ascenso das mobilizações, em particular dos setores que lutam contra as várias formas de opressão, e cria novo espaço para divulgação de ideias socialistas, menos rejeitadas pelas novas gerações estadunidenses.

Afastando a UE, solidificando a aliança sino-russa e abrindo espaço para a ampliação da influência chinesa, Trump acelera a decadência da hegemonia estadunidense. Hegemonia que foi cimentada sob guerras, intervenções e subversões em todo o mundo, em particular no Terceiro Mundo. Poderia ser uma boa notícia. Porém, a ausência de alternativa progressiva torna a conjuntura perigosa. As ações de Trump aumentam as incertezas políticas e econômicas mundiais, acirram as tensões e provocam um aprofundamento das disputas entre as potências pelo lugar de topo da hierarquia do sistema capitalista.

Para nós, no Terceiro Mundo, os efeitos málficos serão sentidos ainda com mais força, devido à nossa fragilidade política e à nossa dependência econômica. Claro que alguns setores empresariais podem ter ganhos, como os exportadores de soja brasileiros, pois a China retaliou os EUA na importação deste produto e terá que encontrar outros mercados que supram os 60% que importava desse país. Mas os riscos que se colocam globalmente são maiores do que os ganhos pontuais. As tensões podem levar ao abrandamento do crescimento econômico mundial. Sombriamente se vislumbram novamente o acumular no horizonte de tenebrosas nuvens carregadas de guerra. Como dizia o poeta W.H.Auden,

quando o tirano chora “as crianças morrem nas ruas”.

¹Publicado originalmente no Jornal dos Economistas, nº350, outubro de 2018, disponível em: <http://www.corecon-rj.org.br/anexos/E8C645326A2DA3F5638B4D07357FBBCA.pdf>.

²Chefe do Departamento de Estudos Latino-americanos do Instituto para o Desenvolvimento Inovativo (Moscou), Vice-coordenador do LEHC-UFRJ, pesquisador do Lieri-UFRJ e doutorando em Ciência Política pelo ISCSP-Universidade de Lisboa.

BOLETIM LIERI

Laboratório Interdisciplinar de
Estudos em Relações Internacionais



SOBRE O LIERI

O Laboratório Interdisciplinar de Estudos em Relações Internacionais (Lieri) é um núcleo de pesquisa que reivindica uma abordagem interdisciplinar das relações internacionais, valorizando as diversas contribuições dos especialistas das áreas das Humanidades. O grupo agrega pesquisadores com diferentes formações acadêmicas, como historiadores, economistas, cientistas sociais, cientistas políticos, geógrafos, especialistas em Relações Internacionais, dentre outros pesquisadores das Ciências Humanas que têm objetos de estudo ligados às Relações Internacionais. Sua formação se originou de uma iniciativa de professores e alunos ligados ao curso de Relações Internacionais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). As atuais linhas de pesquisa do grupo são: História das Relações Internacionais; Política externa e relações internacionais do Brasil, Economia Política Internacional, Segurança Internacional, Teoria, Instituições e Relações Internacionais.

www.laboratorios.ufrj.br/lieri/

www.facebook.com/lieriufrj/

lieri@ufrj.br

Coordenação: Ana Saggiaro Garcia e Caio Bugiato

Diagramação: Mariana Teixeira Alves